



A Santa Sé

**PREFÁCIO DO PAPA FRANCISCO
AO LIVRO DO CARDEAL TARCISIO BERTONE
SOBRE A DIPLOMACIA PONTIFÍCIA**

L'Osservatore Romano, ed. em português, 14 de novembro de 2013.

Com o presente volume, o cardeal Tarcisio Bertone transmite àqueles que estão comprometidos no serviço diplomático da Santa Sé, e não só, uma abundante série de reflexões a propósito das principais questões que dizem respeito à vida da comunidade das Nações e que se referem de perto às aspirações mais profundas da família humana: a paz, o desenvolvimento, os direitos humanos, a liberdade religiosa e a integração supranacional.

Além disso, para a diplomacia pontifícia trata-se de indicações inestimáveis que permitem compreender a sua unicidade, a começar pela figura do diplomata, sacerdote e pastor, chamado a uma actividade que, embora conservando o rigoroso perfil institucional, está impregnada de respeito pastoral; uma actividade que caracterizou o período de sete anos de serviço prestado pelo cardeal Bertone como secretário de Estado, em benefício generoso e fiel do pontificado de Bento XVI. O seu serviço no vértice, tanto na esfera mais administrativa da Cúria romana, como na das relações internacionais da Santa Sé, prolongou-se oportunamente também durante os primeiros meses do meu pontificado. A sua experiência pacata e madura de servidor da Igreja ajudou-me, também a mim, chamado à Sé de Pedro de um país distante, no início de um conjunto de relações institucionais obrigatórias para um Pontífice.

O encontro com a figura do cardeal Tarcisio Bertone, conhecida pelo seu papel e pela sua personalidade jovial, teve para mim, no passado, três momentos particulares. Recordo antes de tudo a primeira aproximação à Torre de São João no Vaticano, no dia 11 de Janeiro de 2007, onde eu estive em visita com a Presidência da Conferência episcopal argentina: um intercâmbio muito tranquilo e ao mesmo tempo deveras construtivo acerca das problemáticas que então nos

angustiavam. Quando, em 2007, ele visitou a Argentina como Legado pontifício para a celebração da beatificação de Zeferino Namuncurá, o seu perfil fraterno no encontro com os prelados da Conferência episcopal e a afabilidade inteiramente salesiana no relacionamento com as pessoas depois de cada celebração pública despertaram o meu interesse e a minha admiração. Nos seus diálogos com as maiores instâncias políticas da Nação, o cardeal Bertone ressaltou a contribuição da Igreja para a pacificação e a reconciliação, necessárias para regenerar o tecido social dilacerado por numerosas situações que tinham posto em perigo a concórdia nacional, e deste modo prestou uma ajuda inestimável à obra empreendida pelo episcopado argentino em vista de reconstruir o tecido ético, social e institucional do país.

Alguns meses antes, naquele mesmo ano, tinha sido realizada no Brasil a V Conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe (9-14 de Maio de 2007), na qual participei em qualidade de primaz da Igreja na Argentina. Ali voltei a encontrar-me com o cardeal Bertone, que então acompanhava o Papa [Bento XVI](#), interessado não apenas nos aspectos eclesiais salientes, mas também nas dimensões sociais e culturais apresentadas no Documento final e confiadas em primeiro lugar às comunidades eclesiais latino-americanas.

Um interesse que volta a manifestar-se na análise do conjunto das suas intervenções pronunciadas em diversas áreas geográficas, proferidas tanto no interior da Igreja e das suas estruturas, como diante dos organismos políticos dos diversos Estados e perante plateias heterogêneas.

Observa-se imediatamente que dirige a sua atenção à crise que vivemos no presente, global e complexa, tornando concreta a ideia de um mundo sem fronteiras. No entanto a crise, embora seja uma certeza para todos, interroga-nos sobre as escolhas feitas até ao momento presente e sobre o rumo que tencionamos seguir no futuro, chamando a responsabilidade das pessoas e das instituições para eliminar as numerosas barreiras que substituíram os confins: desigualdades, corrida aos armamentos, subdesenvolvimento, violação dos direitos fundamentais, discriminações, impedimentos à vida social, cultural e religiosa.

Isto exige uma reflexão realista não apenas sobre o nosso pequeno mundo quotidiano, mas também sobre a natureza dos vínculos que unem a comunidade internacional e das tensões presentes no seu interior. Conhece-o bem a actividade da diplomacia que, através dos seus protagonistas, das suas regras e dos seus métodos, constitui um instrumento que concorre para a construção do bem comum, chamado em primeiro lugar a ler os acontecimentos internacionais, que de resto é um modo de interpretar a própria realidade. Esta realidade somos nós mesmos, a família humana em movimento, praticamente uma obra em construção contínua que inclui o lugar e o tempo em que se encarna a nossa história de mulheres e homens, de comunidades e povos. Por conseguinte, a diplomacia é um serviço, e não uma actividade refém de interesses particulares dos quais as guerras, os conflitos internos e as diferentes formas de violência constituem a consequência, lógica mas amarga; e nem sequer um instrumento da exigência de

poucos, que excluem as maiorias, geram pobreza e marginalização, toleram todos os tipos de corrupção e produzem privilégios e injustiças.

A profunda crise de convicções, de valores e de ideias oferece à actividade diplomática uma oportunidade renovada, que é ao mesmo tempo um desafio. O desafio de concorrer para estabelecer entre os diversos povos relações novas, verdadeiramente justas e solidárias, pelas quais cada nação e todas as pessoas sejam respeitadas na sua identidade e dignidade, bem como promovidas na sua liberdade. Deste modo, os vários países terão a possibilidade de programar o próprio futuro, as pessoas poderão escolher as maneiras para realizar as suas aspirações de criaturas, feitas à imagem do criador.

Nesta fase histórica a comunidade internacional, as suas regras e as suas instituições encontram-se efectivamente obrigadas a escolher um rumo que recupere as suas respectivas raízes e conduza a família humana para um porvir que não fale só a linguagem da paz e do desenvolvimento, mas que seja concretamente capaz de incluir todos, evitando que alguém permaneça à margem. Isto significa ultrapassar a situação contemporânea na existência dos Estados e na vida internacional, que vê a ausência de convicções fortes e de programas a longo prazo entrelaçar-se com a profunda crise daqueles valores que, desde sempre, fundamentam os vínculos sociais.

Diante desta globalização negativa que é paralisante, a diplomacia está chamada a empreender uma tarefa de reconstrução, voltando a descobrir a sua dimensão profética, determinando aquela que poderíamos definir como utopia do bem e, se for necessário, reivindicando-a. Não se trata de abandonar aquele realismo sadio que é uma virtude e não uma técnica de cada diplomata, mas de superar o predomínio do contingente, o limite de uma acção pragmática que muitas vezes tem o sabor de uma involução. Uma maneira de pensar e de agir que, se prevalecer, limita qualquer actividade social e política, impedindo a construção do bem comum.

A verdadeira utopia do bem, que não é uma ideologia nem unicamente filantropia, através da acção diplomática pode expressar e consolidar aquela fraternidade presente nas raízes da família humana e a partir dali, chamada a crescer, a propagar-se para produzir os seus frutos.

Uma diplomacia renovada significa diplomatas autênticos, ou seja, capazes de restituir à vida internacional o sentido da comunidade, interrompendo a lógica do individualismo, da competição desleal e do desejo de ser sempre o primeiro, promovendo antes de tudo uma ética da solidariedade capaz de substituir a ética da potência, hoje reduzida a um modelo de pensamento para justificar a força. Precisamente aquela força que contribui para debilitar os vínculos sociais e estruturais entre os vários povos e, ao mesmo tempo, para destruir os laços que unem cada um de nós a outras pessoas, a ponto de compartilhar o seu próprio destino. Deste modo, o rumo que tomarem as relações internacionais estará vinculado à imagem que nós temos do outro como pessoa, povo, Estado.

Eis a chave do renascimento daquela unidade entre os povos que faz suas as diferenças, sem ignorar os elementos históricos, políticos, religiosos, biológicos, psicológicos e sociais que constituem expressão de diversidade. Também diante de limites, de condicionamentos e de obstáculos é possível fundir e integrar os comportamentos, os valores e as regras que se foram constituindo ao longo do tempo.

A perspectiva cristã sabe avaliar tanto o que é autenticamente humano como aquilo que deriva da liberdade da pessoa, da sua abertura ao novo, em última análise, do seu espírito que une a dimensão humana à dimensão transcendente. Esta é uma das contribuições que a diplomacia pontifícia oferece à humanidade inteira, trabalhando em vista de fazer renascer a dimensão moral nas relações internacionais, aquela que permite à família humana viver e desenvolver-se unida, sem se tornar inimigos uns dos outros. Se o homem manifesta a sua humanidade na comunicação, no relacionamento e no amor pelos seus próprios semelhantes, as várias nações podem unir-se em volta de objectivos e práticas compartilhados, gerando deste modo um sentimento comum bem arraigado. Ainda mais, podem dar vida a instituições unitárias no contexto da comunidade internacional, capazes de prestar um serviço sem que isto negue a identidade, a dignidade e a liberdade responsável de cada país. O serviço destas instituições consistirá em inclinar-se diante das necessidades dos vários povos, descobrindo precisamente as capacidades e as carências do outro. Trata-se da rejeição da indiferença ou de uma cooperação internacional, fruto do egoísmo utilitarista para fazer ao contrário, através de organismos comuns, alguma coisa pelos outros.

Desde modo o serviço não é simplesmente um compromisso ético, nem uma forma de voluntariado, e nem sequer um objectivo ideal, mas uma escolha que por sua vez é fruto de um vínculo social assente naquele amor capaz de construir uma humanidade nova, um modo renovado de viver. Não serão fazendo prevalecer a razão de Estado ou o individualismo que conseguiremos eliminar os conflitos ou que conferiremos a justa colocação aos direitos da pessoa. O direito mais importante de um povo e de uma pessoa não consiste em não ser impedido de realizar as suas próprias aspirações, mas sim em realizá-las de maneira efectiva e integral. Não é suficiente evitar a injustiça, se não se promove a justiça. Não é suficiente proteger as crianças contra o abandono, os abusos e os maus-tratos, se não se educam os jovens a um amor pleno e gratuito pela existência humana nas suas diferentes fases, se não se oferecem às famílias todos os recursos de que elas têm necessidade para cumprir a sua missão imprescindível, se não se favorece em toda a sociedade uma atitude de hospitalidade e de amor pela vida de todos e de cada um dos seus membros.

Uma comunidade dos Estados madura será aquela na qual a liberdade dos seus membros é plenamente responsável pela liberdade dos outros, com base no amor que é solidariedade activa. No entanto, não se trata de algo que cresce espontaneamente, mas implica a necessidade de investir esforço, paciência, compromisso quotidiano, sinceridade, humildade e profissionalidade. Não é porventura esta a via mestra que a diplomacia está chamada a percorrer neste século XXI?

São numerosas e estimulantes as indicações deste trabalho, que demonstra como o cardeal Bertone soube apresentar o anúncio evangélico, os valores e as grandes instâncias da doutrina da Igreja, em conformidade com as linhas-guia do magistério de Bento XVI, com aquele equilíbrio e aquela sobriedade necessários para favorecer uma cultura do diálogo, própria da Santa Sé.

O parâmetro da vida dos servidores da Igreja não é ditado por aquela «impressão de uma notícia em manchetes, para que as pessoas pensem que é inquestionavelmente verdadeira» (Jorge Luís Borges), mas está impregnado, apesar dos limites inerentes das condições e das possibilidades de cada um, da sua dedicação silenciosa e generosa ao bem autêntico do Corpo de Cristo e ao serviço duradouro em prol da causa do homem. Por isso a história, cuja medida constitui a verdade da Cruz, tornará evidente a actividade intensa do cardeal Bertone, o qual demonstrou também que tem o temperamento piemontês do grande trabalhador que não poupa esforços na promoção do bem da Igreja, preparado cultural e intelectualmente, assim como animado por uma força interior tranquila que recorda estas palavras do Apóstolo dos gentios: «Quanto a mim, nunca pretendo gloriar-me, a não ser da Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo: Ele é a nossa salvação, vida e ressurreição; através dele fomos salvos e libertados» (Gl 6, 14).